

OS PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO DE IGUATEMI E DE SETE QUEDAS: COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA, ESBULHO TERRITORIAL E A OCULTAÇÃO DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ

POSSADAGUA, Leandro¹ (leandro_ug@hotmail.com); **CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira**² (thiago_cavalcante@hotmail.com);

¹ Acadêmico do curso de História na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), bolsista PIBIC/CNPq;

² Coordenador do projeto de pesquisa, professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD);

Os Projetos Integrados de Colonização são uma modalidade de projeto de colonização oficial, implantada ao longo dos anos de 1970 e que representa a primeira forma de apropriação de áreas rurais por colonos sem terra, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Terra. A criação dos PICs ocorre em um contexto de crescimento do país, aspecto importante para compreender as motivações que levam o Estado a atender a necessidade de elevação na produção de energia elétrica - neste período tem início a construção das usinas hidrelétricas de Passo Real (1962 a 1972) e a Binacional Itaipu (1973 a 1985). A efetivação do projeto de um país desenvolvido e industrializado causou intensa movimentação de pequenos proprietários e trabalhadores no campo, uma vez que estes perdiam suas terras (alagadas para as construções das usinas) e, conseqüentemente, eram relocados em outras regiões do país. Os PICs de Sete Quedas e Iguatemi foram criados, segundo mencionado em documento, com o intuito de “promover a ocupação estratégica da Faixa de Fronteira, aproveitando a potencialidade dos solos, para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região”. Embora esta região fosse considerada de baixa densidade demográfica e apesar da menção - “ocupação de Faixa de Fronteira” -, esta região já era ocupada por inúmeras famílias e, sobretudo, por grupos indígenas Guarani e Kaiowá. Este processo causa um agravamento ainda maior do sistema de esbulho dos territórios ocupados por grupos indígenas que tradicionalmente ocupavam estas áreas. Nos documentos produzidos pelos órgãos oficiais do Estado, não se verificam dados relevantes ou que contribuam para uma elucidação de como os grupos indígenas que ali residiam viviam ou para onde eram enviados após perderem seu território. Há, na verdade, um hiato, no qual não se percebe a questão territorial indígena e em, em certa medida, silencia suas histórias. É possível pensar que esta “ocultação” de informações seja mesmo uma tentativa de silenciar a luta destes índios por suas terras, todavia, é função do historiador engajado observar o que as fontes dizem ou omitem – era preciso negar o primitivismo do passado. A omissão do passado índio é parte do processo que visa acelerar o progresso do país, bem como o de garantir a soberania nacional por meio da colonização de suas fronteiras. Após a legitimação das propriedades, realizada pelo órgão competente, o INCRA, como também o assentamento de novos colonos na região, tornou-se ainda mais complexo para os índios argumentar em favor da legitimidade histórica de suas terras, já que é este órgão que dá legitimidade aos documentos de terra no país.

Palavras-chave: Projetos Integrados de Colonização. Esbulho Territorial. Indígenas.

Agradecimentos: Ao professor Thiago Leandro Vieira Cavalcante, vinculado à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – FCH/UFGD, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Iniciação Científica.